

POSTO INDÍGENA IBIRAMA (SC)

Milton Beck
ANAD-FPOLIS (SC)/09-81

O Posto Indígena Ibirama localiza-se na região Norte do Estado, no Alto Vale do Rio Itajai do Norte, município de Ibirama. É cortado pelo Rio Itajai do Norte (ou Hercílio), que tem nas suas margens a localização da maior parte das habitações dos índios e as edificações da FUNAI. Possui uma área de 140 km² registrado em cartório de Registro de Imóveis da comarca de Ibirama por intermédio do Decreto Estadual nº 15 de 13 de abril de 1926.

Após violento e sangrento processo de extermínio, patrocinado por companhias colonizadoras da região e pelo próprio governo, os índios Xokleng remanescentes foram "pacificados", ou tiveram seu início de "pacificação", em 1914. O local do então posto de atração transformou-se no Posto Indígena, guardando até hoje alguns indícios do período pré-pacificação.

Apesar do interesse comercial, regional, na área, que apresenta-se até hoje como floresta densa e de madeiras de excelente qualidade, o posto foi demarcado. Transcorrido 67 anos desde o início de sua pacificação, hoje no Posto existe uma população de 889 indivíduos, constituída de 299 Xokleng, 29 Kaingang, 117 Guarani, 159 mestiços, 265 brancos e 20 cafusos.

Esta, comunidade, com excessão dos Guarani e cafusos, após um longo período de escassa agricultura, substituída pela coleta de palmito e depois corte clandestino de madeira, sofre hoje as consequências da construção de uma barragem de contenção de cheias, pelo DNOS/SC. Barragem esta localizada a aproximadamente 3 km abaixo da área do posto, que tem como objetivo evitar enchentes nas cidades localizadas no Baixo Vale do Rio Itajai, em especial a cidade de Blumenau, centro industrial da região.

Durante o período entre o início dos estudos, a cerca de 20 anos e o início das obras da barragem, em 1977 aproximadamente, todos os trabalhos transcorreram sem que a comunidade do posto fosse cientificada de suas implicações. Somente após o início das obras foi que a comunidade recebeu algumas informações a respeito destas implicações:

Durante os períodos de chuvas intensas, o lago que se formará pela barragem atingirá 800 hectares do vale dentro da área do posto. Nesta área estão quase todas as habitações indígenas, a sede do posto, as demais edificações da FUNAI e toda a área de plantio da comunidade.

Depois de terem tomado conhecimento da futura situação, deu-se início a paralização do plantio e construções, prevendo-se que tudo será perdido. A partir deste momento os conflitos sociais já existentes entraram em novas crises. Estes atritos sociais se caracterizavam pela existencia de dois grupos distintos, sendo um ligado a administração do posto e liderado por um cacique nomeado pela FUNAI e o outro liderado pelo conselho indígena que não é reconhecido pela Fundação.

Com o retrocesso agrícola e uma enchente, em novembro de 1929, com grandes prejuízos a toda comunidade, deu-se o reinício da exploração clandestina de madeira, por alguns grupos da própria comunidade indígena. A partir de então a tensão interna se agravou, aumentando gradativamente, a medida que o tempo passava e nada de concreto se definia quanto ao futuro da comunidade.

Esta situação agrava-se ainda mais quando a FUNAI liberou a mudança de algumas famílias, do grupo ligado a ela, para a região do "Bugiu". Esta região, localizada no extremo oposto do PI e atendida por uma precária estrada, apresenta a melhor reserva de sassa-fás de todo o vale. Sob a orientação do chefe do Posto, estas famílias foram autorizadas a preparar a área para as moradias e plantio. A madeira retirada seria vendida pela FUNAI e o dinheiro retornaria como benefícios para a comunidade que se instalasse na região. Esta atitude veio agravar ainda mais a situação, chegando ao extremo de agressões entre os grupos pró e contra FUNAI, sendo este contrário ao posicionamento de famílias no Bugio e o corte da madeira, e ao pedido de emancipação feita por alguns membros desta facção dissidente (mas posteriormente negada pela FUNAI).

Com esta situação criada no PI Ibirama, vendo-se o posicionamento contrário da FUNAI, movimentos de repúdio as atitudes da Fundação foram surgindo na capital. As denúncias feitas pela ANAI - Associação Nacional de Apoio ao Índio - Florianópolis e antropólogos da UFSC, também refletida em alguns parlamentares da Assembléia Legis

lativa, com a criação de uma C.P. para estudo da situação do PI de Ibirama, forçaram a FUNAI a tomar novas medidas: Foram designados elementos técnicos para realizarem um levantamento de toda a situação criada no PI.

Após a apresentação dos relatórios de toda situação, onde é superada a remoção imediata do grupo do Bugiu, baseado na pobreza do solo e da necessidade de preservação da área, a FUNAI vem tentando retirar aquele grupo da região, procurando trazê-los de volta a suas antigas habitações. Esta atitude encontrou apoio dos dois grupos, pró e contra FUNAI que, com a participação de um novo chefe de Posto, hoje encontram-se unidos em torno de seus interesses.

Com o movimento de pressão dos elementos externos ao posto, com a participação ativa de antropólogos e dos Deputados da Comissão Parlamentar, a FUNAI reativou dentro do Posto, as duas escolas e a enfermaria que se encontravam fechadas devida ao mal-estar social que aí reinava.

Passados pelo sofrimento e perdas causadas por mais duas enchentes e devido a continuidade da exploração da madeira no Bugiu, as lideranças, pró e contra FUNAI, reunidas no início do ano, elaboraram documento com reivindicações para a comunidade. Estas reivindicações, encaminhadas a Delegacia Regional da FUNAI, são propostas para resolver em parte os problemas surgidos em decorrência da barragem e também como forma de indenização dos prejuízos já causados que irão surgir.

Com base nas reivindicações, a FUNAI e o DNOS, com a participação do MINTER, elaboraram um convênio como forma de indenização para a comunidade indígena pelas terras para formação do lago. Todos os termos deste convênio foram firmados sem que a comunidade fosse consultada e que só veio tomar conhecimento algum tempo depois.

Até o momento nada deste convênio foi realizado ou iniciado. Numa análise sobre o mesmo, com alguns contatos mantidos com o DNOS-SC, sabe-se que este não deverá ser realizado na sua íntegra, tão pouco em curto espaço de tempo. A comunidade indígena de Ibirama, mais uma vez, foi enganada, bulada, lesada. Mais uma vez, com a participação da própria FUNAI,

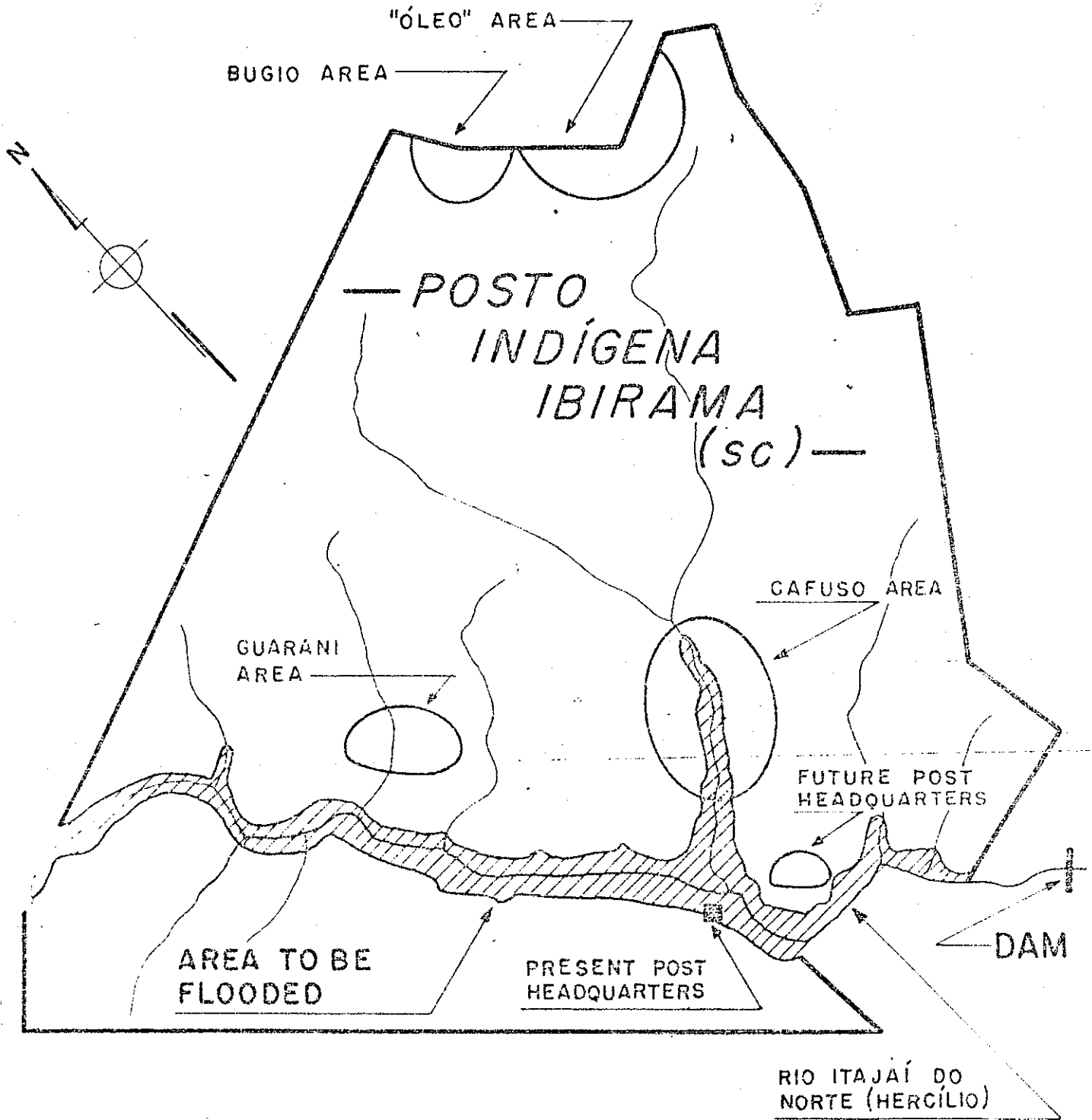


FIGURE - 1: IBIRAMA
INDIAN POST